



Universidade de Brasília

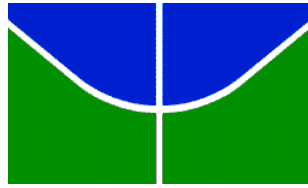
Instituto de Ciência Política

Existe capitalismo do bem? Um estudo sobre as fundações de Jorge Paulo Lemann e o caso Tabata Amaral

Beatriz Lacerda Félix

Brasília – DF

Janeiro/2024



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Existe capitalismo do bem? Um estudo sobre as
fundações de Jorge Paulo Lemann e o caso Tabata
Amaral**

Beatriz Lacerda Félix

Artigo apresentado ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Dr. Gustavo Rodrigues Mesquita.

Brasília

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que fizeram parte de alguma forma da minha trajetória acadêmica e que contribuíram para que esse aguardado momento de conclusão de curso chegasse.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador Gustavo Rodrigues Mesquita, por todas as trocas e apoio constante que me deu ao longo deste processo. Seu conhecimento e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

A minha família, pela paciência e pelas escutas durante esse período, o apoio de vocês foi muito valioso para que eu conseguisse finalizar esse ciclo.

Aos meus amigos, principalmente, Beatriz Amorim, Ana Viana, Maria Clara Araújo, Guilherme Peres, Matheus Viana, Vitória Leite, Vinicius Braga, meus mais sinceros agradecimentos por cada conversa, cada troca de ideia, cada feedback dado, tudo isso foi crucial para este trabalho.

Aos meus companheiros de estágio do Tribunal de Contas do Distrito Federal Maria Gorette Adelino, Helaine Lisboa, João Guilherme Granja e Reis, Viviane Bravo e Michele Zastrow por terem sido meu maior ponto de apoio durante esse período.

Agradeço também a todos os professores e profissionais que de alguma forma contribuíram para minha formação acadêmica. Deixo aqui um agradecimento especial para a professora Débora Rezende de Almeida pois foi em uma aula sua que o interesse em pesquisar esse tema surgiu em mim.

Agradeço a Universidade de Brasília, por tudo que me proporcionou nesses anos que foi casa pra mim, as palestras, debates, festas, atos, ser parte da gestão do Centro Acadêmico de Ciência Política (CAPOL).

E por fim agradeço ao torneiro mecânico, que um dia sonhou ser presidente, por tudo que fez e faz pela educação pública do nosso país, permitindo que o sonho de se formar em uma universidade pública e de qualidade fosse realizado por mim e por tantas outras pessoas.

RESUMO

Este trabalho de monografia aborda a influência da filantropia, com foco nas fundações Lemann e Estudar na política brasileira, utilizando a trajetória da Deputada Federal Tabata Amaral como estudo de caso. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com análise bibliográfica documental. A análise das práticas filantrópicas, especialmente ligadas à educação, busca compreender a influência dessas organizações na esfera da política nacional. O estudo de caso busca revelar a conexão entre a Fundação Lemann e a Fundação Estudar e a ascensão política de Tabata Amaral.

Palavras-Chave: 1. Fundação Lemann. 2. Fundação Estudar. 3. Filantropia. 4. Tabata Amaral 5. Capitalismo 6. Filantrocipitalismo

ABSTRACT

This monography final assignment addresses the influence of philanthropy, focusing on the “Lemann” and “Estudar” foundations in Brazilian politics. To this end, the research use the trajectory of congresswoman Tabata Amaral as a case study. The research adopts a qualitative approach with documentary bibliographic analysis. The in-depth analysis of philanthropic practices, especially linked to education, seeks to understand the influence of these organizations in the sphere of national politics. The case study seeks to reveal the connection among “Lemann” and “Estudar” foundations, and the political rise of Tabata Amaral.

Keywords: 1. Lemann Foundation. 2. Estudar Foundation. 3. Philanthropy. 4. Tabata Amaral. 5. Capitalism. 6. Philanthrocapitalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FE - Fundação Estudar

FL - Fundação Lemann

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GL - Grupo Lemann

LBA - Legião Brasileira de Assistência

OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PL - Projeto de Lei

PSB - Partido Socialista Brasileiro

VOA - Vontade Olímpica de Estudar

“*Há filantropia no capitalismo – esse é um privilégio da desigualdade*” (Virginia Fontes, 2021, p. 15).

O Brasil é um país que, internacionalmente, é conhecido, entre outras coisas, por suas significativas desigualdades na distribuição de renda e disparidades socioeconômicas entre suas regiões. Nesse contexto, as organizações filantrópicas atuam na tentativa de reduzir tais desigualdades.

Neste trabalho, abordaremos a filantropia empresarial e familiar. Segundo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o termo mais utilizado no Brasil para a filantropia empresarial é 'investimento social'. Esse termo se diferencia da filantropia porque, no século passado, a filantropia por parte de empresas era mal vista no país devido a sua associação frequente com o imperialismo norte-americano e com escândalos de corrupção¹. Grupos políticos de esquerda criticavam e desconfiavam da filantropia, pois a viam como uma porta de entrada para o capital estrangeiro no país, considerando-a uma influência do imperialismo na agenda política, algo maléfico para a soberania brasileira.

A filantropia familiar, de acordo com o GIFE, pode ser definida como

organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma família ou um indivíduo que também se envolve na sua governança e/ou gestão. São geridas de forma independente das empresas da família. Nem sempre todos esses fatores precisam existir simultaneamente, mas, na maioria dos casos, a maior parte deles está presente (BRETTAS, 2020 apud PIPINIS, 2022, p. 48).

Podemos refletir sobre o objetivo dos empresários que praticam filantropia a partir do conceito gramsciano de "*aparelho hegemônico*". No livro “Dicionário Gramsciano” (2017), esse conceito é apresentado como instrumento de formação da opinião pública. Assim, os filantropos disseminam suas ideologias e valores por meio de suas fundações e instituições, podendo ser caracterizados como um aparelho hegemônico.

Um bom exemplo de filantropia empresarial é a Fundação Lemann, objeto de estudo desta pesquisa. A Fundação Lemann foi criada em 2002 como uma organização

¹ “Em 1991, o Brasil enfrentou um escândalo de corrupção que levou à cassação do mandato do então presidente. A Primeira Dama era responsável pela administração de uma das principais organizações filantrópicas, que também foi envolvida na corrupção. Isso fez com que o conceito de filantropia ganhasse uma conotação negativa junto à maioria da sociedade brasileira” (GIFE).

familiar filantrópica. Seu fundador, Jorge Paulo Lemann, dissera ter como objetivo “construir um Brasil mais justo e avançado”. Desde então, a Lemann atua principalmente em dois pilares: educação e formação de novas lideranças.

A família Lemann tem origem na Suíça, onde três irmãos atuavam no comércio de laticínios. Com uma crise financeira no início do século XX, eles buscaram novas oportunidades de investimento: um foi para os Estados Unidos, outro para a Argentina e Paul Lemann para o Brasil, estabelecendo a Lemann & Company, que hoje faz parte da empresa de laticínios Vigor.

Jorge Paulo Lemann, herdeiro de Paul Lemann, é a principal figura da família Lemann no Brasil. Ele está em terceiro lugar na lista de bilionários brasileiros da revista Forbes (2023) e tem participação em mais de dez empresas internacionais. Em 1971, foi um dos fundadores do Banco Garantia e, atualmente, é um grande investidor em diversos setores por meio do grupo 3G Capital, do qual é cofundador. Esse grupo inclui empresas como Ambev, Lojas Americanas, Heinz e Burger King.

O empresário é um grande filantropo na área da educação. Em 1991, ele cofundou, juntamente com Marcel Telles e Beto Sicupira, a Fundação Estudar, uma organização sem fins lucrativos, cuja missão declarada seria a de identificar, desenvolver e potencializar jovens talentos para que possam impactar positivamente o Brasil. A Estudar oferece oportunidades educacionais e de desenvolvimento pessoal para estudantes com alto potencial, como bolsas de estudo, cursos e programas de desenvolvimento e networking por meio de eventos.

No entanto, em 2015, jornalistas realizaram uma investigação abrangente sobre o “Movimento Vem pra Rua”, um movimento social que surgiu em meados de 2014, se caracterizando como suprapartidário, democrático e plural. Sua principal reivindicação era um país livre de corrupção, que era expressa por meio de manifestações nas ruas. Nesse contexto, foi revelado pela Revista Fórum que a Fundação Estudar desempenhou um papel de apoio operacional, em que um de seus executivos foi responsável pelo registro do domínio do site “vempraru.org.br”. Em entrevista ao Jornal 247, Jorge Paulo Lemann disse que ele próprio seria “apolítico”, lamentou que a fundação tivesse sido usada para finalidades políticas e informou o afastamento do funcionário.

Oficialmente, a Fundação Lemann se apresenta como uma organização que busca implementar políticas e práticas inovadoras para impactar positivamente o

sistema educacional brasileiro por meio de parcerias estratégicas com organizações² e governos. Seu trabalho inclui desde a formação e capacitação de professores até a criação e disseminação de projetos educacionais em larga escala.

Um dos programas da Fundação é a ‘Lemann Fellowship’, do qual a atual Deputada Federal Tabata Amaral fizera parte. Esse programa oferece bolsas de pós-graduação em universidades estrangeiras para aqueles que buscam soluções para os desafios do país, reconhecidos pela Fundação Lemann. Tabata Amaral participou do programa entre os anos de 2012 e 2016 e se mudou para os Estados Unidos para estudar Astrofísica e Ciência Política. Terminou sua participação como beneficiária em 2016.

Considerando a experiência de formação acadêmico-política de Tabata Amaral nos Estados Unidos, podemos assinalar a relevância de nosso tema de pesquisa. Abordamos aqui a influência da Fundação Lemann na política brasileira. Além dos projetos educacionais, apesar do discurso de neutralidade política de seus dirigentes, a Fundação também se envolve ativamente na esfera política, apoiando e financiando candidatos e movimentos que compartilham seus valores e visão de desenvolvimento para o país.

Antes de entender quem é a Deputada Federal Tabata Amaral e sua atuação no Legislativo brasileiro, é necessário compreender sua trajetória. Tabata nasceu e foi criada na Vila Missionária, periferia de São Paulo, em uma família cujo pai veio da Paraíba e a mãe da Bahia. Desde muito nova, incentivada pelos pais, desenvolveu interesse pela leitura e, conseqüentemente, pelos estudos. Ainda no ensino fundamental, conquistou o segundo lugar na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), o que lhe rendeu uma bolsa de estudos no Colégio Etapa. Em seu livro “Nosso lugar: o caminho que me levou à luta por mais mulheres na política”, Tabata conta que foi a partir de sua experiência no Colégio Etapa que passou a vivenciar e perceber a desigualdade social.

Foi a partir do incômodo de ver que seus colegas da antiga escola estadual não tinham as mesmas oportunidades de estudo que ela que, em 2009, cofundou o projeto Vontade Olímpica de Estudar (VOA!). Esse projeto tinha como objetivo preparar jovens das escolas públicas para olimpíadas acadêmicas de forma gratuita. Segundo Tabata, em seu livro (p.37), “já no primeiro ano de funcionamento, o VOA! teve cem alunos”.

² No site da Fundação Lemann, é apontada parceria com mais de 50 organizações sociais, dentre elas o Grupo de Estudos, Fundações e Empresas (GIFE), Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), Movimento pela Base Nacional Comum, Instituto Natura e muitos outros.

Durante sua vida escolar, Tabata participou de inúmeras olimpíadas acadêmicas, conquistando medalhas. Foi nessa época que decidiu cursar Astrofísica. Indiretamente, sua relação com Jorge Paulo Lemann começou quando ela se inscreveu no cursinho preparatório gratuito “Estudar Fora”, da Fundação Estudar, da qual Lemann é cofundador. Amaral foi aprovada em seis universidades estrangeiras e optou por estudar Astrofísica em Harvard com uma bolsa integral da própria universidade. Além dessa bolsa, Tabata foi selecionada para ser bolsista da Fundação Estudar, recebendo um auxílio financeiro que deveria ser reembolsado após sua formação.

Durante sua graduação, Tabata Amaral se destacou e foi convidada para fazer parte do programa como reconhecimento por seu trabalho no ‘Movimento Mapa Educação’. Esse movimento surgiu em Harvard, em 2013, a partir do encontro de três jovens que participavam do projeto ‘Líderes Estudar’, da Fundação Estudar. Esses jovens, Tabata Amaral, o atual secretário de Educação do Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha, e a engenheira Lígia Stocche, compartilhavam aquilo que diziam ser de interesse comum: o desenvolvimento da educação brasileira. A partir de estudos e pesquisas, elaboraram o "Manifesto Mapa Buraco", que, segundo os autores, foi

um documento que apontava os principais problemas e gargalos da educação brasileira. Esse documento era sólido e tinha o apoio de grande parte do cenário político, tanto à esquerda como à direita, resultado de 104 entrevistas com líderes da sociedade civil, ex-presidentes, ex-ministros e secretários de educação. Pessoas que já haviam lidado com o dia-a-dia e os desafios de avançar com a educação brasileira. (Movimento Mapa Educação, 2014)

O movimento realizava conferências com a presença de jovens de todo o Brasil para discutir políticas e projetos educacionais.

A trajetória política de Tabata Amaral, que se identifica ideologicamente como centro-esquerda, começou antes de sua entrada oficial no Legislativo. Ela foi uma das fundadoras e principais influenciadoras do movimento “Acredito”, fundado em 2017 com o objetivo de formar novas lideranças políticas e promover renovação no cenário político brasileiro. Em 2018, ganhou notoriedade ao ser eleita Deputada Federal pelo estado de São Paulo, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo a 6ª candidata mais votada.

Os projetos da Deputada Federal Tabata Amaral estão principalmente voltados para a defesa da educação pública de qualidade e de políticas que visem melhorar as condições de vida das populações de baixa renda e comunidades menos favorecidas.

Após essa contextualização dos atores envolvidos nesse estudo, é importante pontuar que, como base metodológica, esta pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa com análise bibliográfica e documental, além de um estudo de caso. Nessa perspectiva, será realizada uma revisão de literatura sobre hegemonias empresariais e relatórios da Fundação Lemann na análise bibliográfica e documental. O estudo de caso será baseado na trajetória política da Deputada Federal Tabata Amaral, relacionando-a com a atuação da Fundação Lemann.

Existe capitalismo do bem?

A existência da filantropia é mais antiga do que o sistema capitalista. Seu conceito é de origem grega e surge com Platão, 347 anos A.C. Etimologicamente, significa “amor à humanidade”, não muito diferente do que se encontra nos dicionários atuais. No Dicionário da Língua Portuguesa de Cristiane Klein (2015), filantropia significa “dedicação ao próximo”, “espírito caridoso”, “altruísmo”. Platão teria dividido o conceito de filantropia em três eixos: saudação, ajuda e hospitalidade. O filósofo, junto a seu sobrinho Espeusipo, investiram os recursos de sua família para financiar a fundação de uma universidade, a Academia Platônica, que tinha como objetivo formar pensadores idealistas.

Em um panorama geral, o conceito da filantropia moderna está ligado à Revolução Industrial que ocasionou um crescimento econômico e, conseqüentemente, grandes fortunas e aumento da desigualdade social. A primeira geração dos grandes industriais norte-americanos foi, em sua maioria, formada por homens de origem humilde, geralmente de religião protestante, o que lhes dava um entendimento moral de que o capital deveria ser usado para ser um investimento social, e não para ser sempre e tão-somente acumulado. A ética protestante definida por Max Weber, em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (2007), influencia muito a cultura da filantropia, tendo em vista ser pautada em valores e princípios.

Segundo Weber (2007), a ética protestante pode ser lida como uma sustentação para o espírito do capitalismo. Os valores pregados por ela, como a mentalidade que valorizava o árduo trabalho, disciplina e ascensão social, foram fundamentais para o

desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental e em outras partes do mundo. Outra questão abordada na obra de Weber (2007) é o empreendedorismo, o autor nota que os indivíduos provenientes da religião católica têm uma forte tendência de permanecerem em suas oficinas e serem artesãos enquanto os protestantes são atraídos pelas indústrias e a ocuparem cargos administrativos. Ele aponta, através de levantamentos de dados, o fato de que a filiação religiosa pode modificar as distribuições sociais de acordo com suas necessidades

As instituições de filantropia surgem no Brasil desde o período colonial, muito ligadas à caridade, a partir de instituições como a Santa Casa de Misericórdia, que foi a responsável pela implementação dos primeiros hospitais do Brasil (OLIVEIRA apud RUDNIK, 2016, p. 10). Só a partir da Proclamação da República, em 1889, quando ocorrera a separação entre o Estado e a Igreja, que começaram a surgir organizações não religiosas que reproduziam a prática da filantropia.

Com o passar dos anos, e a desigualdade social cada vez mais nítida, começam a surgir as Organizações Não Governamentais (ONGs), que são organizações sem fins lucrativos, as quais prometem suprir a ineficiência do Estado; agir onde ele não age.

As ONGs fazem parte do Terceiro Setor, que é um segmento da sociedade composto por organizações sem fins lucrativos que atuam para promover causas sociais, culturais, ambientais e de interesse público. Ele é chamado de Terceiro Setor porque se situa entre os setores público (governo, Primeiro Setor) e privado (empresas com fins lucrativos, Segundo Setor):

O Terceiro Setor surge como o portador de uma nova e grande promessa: a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, na medida do possível, a superação da pobreza. Uma promessa realizada através de atos simples e fórmulas antigas, como o voluntariado e filantropia, revestidas de uma roupagem mais empresarial (CALLEGARE e JUNIOR, 2009, p. 131).

O conceito de filantropia no sistema capitalista é um ponto de divergência para alguns autores. No entanto, para esse debate, é preciso se debruçar sobre o conceito e o surgimento da filantropia no Brasil.

Segundo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o termo mais usado no Brasil é investimento social, em vez de filantropia. O termo foi adotado na

fundação do GIFE, em 1995, para distinguir as atividades de seus membros daquelas da “filantropia”, que tinha conotações negativas no Brasil, sendo associada a iniciativas beneficentes mais tradicionais e, muitas vezes, contaminadas por suspeitas de corrupção (Hartnell & Milner, 2018 apud FONTES 2021). De acordo com informações do próprio GIFE, no ano de 1991, o Brasil enfrentou um escândalo de corrupção envolvendo o então presidente, Fernando Collor de Mello, e sua Primeira Dama, Rosane Collor, que era responsável pela administração de uma das principais organizações filantrópicas do Brasil: a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Esse acontecimento fez com que o conceito de filantropia ganhasse uma conotação negativa diante a sociedade brasileira.

A historiadora Virgínia Fontes, em sua obra “Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais” (2021), afirma que não existe filantropia no sistema capitalista. Segundo a autora, que parte de uma abordagem marxista e gramsciana,

a ampliação do Estado a partir de entidades empresariais sem fins lucrativos – aparelhos privados de hegemonia – é positiva apenas para o capital, pois pavimenta seu avanço sobre os recursos públicos (educação, saúde, previdência)” (FONTES, VIRGÍNIA, 2021, p.15).

Segundo o autor Michael Edwards (2008), em seu livro “Just Another Emperor? The myths and realities of Philanthrocapitalism”, um novo tipo de filantropia está surgindo, o chamado filantrocapitalismo, que vem para revolucionar a filantropia. Nele, as organizações sem fins lucrativos atuam como empresas e criam novos mercados, em uma espécie de investimento social, beneficiando assim a sociedade (OLIVEN E SILVA, 2020).

É interessante refletir sobre as afirmações de Edwards (2008) e Fontes (2021) para elaborar uma resposta à pergunta inicial: “Existe capitalismo do bem?”. Com base nas afirmações de ambos autores, a resposta para a pergunta é, de antemão, que não existe capitalismo “do bem”, tendo em vista que o objetivo da prática filantrópica, no sistema capitalista, é, em último caso, a prática do bem.

Um exemplo prático do que a autora Virgínia Fontes (2021) afirma é que as fundações de Jorge Paulo Lemann e seus diversos tentáculos nos mais diversos setores, principalmente na educação, sustentam que

o sistema educacional brasileiro necessita de profundos ajustes diante dos baixos índices avaliativos e por isso têm procurado intervir e assim se tornar um dos atores ativos no processo de melhoria da educação. A partir de 2014, a organização esteve ativa durante a formação do Movimento pela Base e realizou estudos que contribuíram com o governo a fim de construir uma nova base curricular pelo MEC, incluindo o tema da BNCC na agenda pública nacional (OLIVEIRA, INGRID, 2023, p. 55).

Utilizando o conceito gramsciano de aparelho hegemônico, é possível afirmar que essa filantropia é realizada como uma forma de disseminar os valores e ideologias do filantropo, por meio de suas fundações e instituições, influenciando assim a formação da opinião pública sobre determinado assunto de interesse público.

Acerca do que afirma Michael Edwards (2008), no que se refere ao filantropocapitalismo, o Grupo Lemann (GL) continua sendo um ótimo exemplo para se trabalhar, tendo em vista que seus projetos na área da educação são investimentos sociais e beneficiam tanto o GL quanto aqueles que integram seus projetos sociais. No entanto, existe todo um plano de poder em que o fazer o bem é uma consequência, a exemplo disso temos o caso Tabata Amaral. A Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP) foi estudante bolsista da Fundação Estudar (Grupo Lemann) e hoje atua como linha auxiliar no legislativo das pautas que são interesse do GL no Congresso Nacional.

O empresário Jorge Paulo Lemann é um grande empresário da área da educação, sendo cofundador de duas fundações, a Fundação Estudar e a Fundação Lemann. “Seus pais foram criados conforme a ética protestante, o que influenciou nos valores éticos e nos princípios que Lemann usaria na sua caminhada empresarial” (OLIVEIRA, 2023. p. 48). A Fundação Estudar é fundada em 1991 por Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, com o objetivo de conceder bolsas de estudos para jovens empresários brasileiros para complementação da sua formação. Segundo a avaliação deles, a categoria de empresários brasileiros precisava ser melhor educada. (CARIELLO, 2020, p. 2)

A Fundação Estudar hoje atua a partir de três programas:

- **Líderes Estudar**, que é um programa de bolsas de estudos para jovens que acreditam poder transformar o Brasil, e que possuem como pré-requisitos idade de até 34 anos, excelência acadêmica e estejam matriculados em cursos de graduação completa no Brasil, ou em

intercâmbio acadêmico no exterior, ou graduação ou pós-graduação completa no exterior;

- **Estudar na Prática** é uma iniciativa que apoia o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens por meio da oferta de cursos pagos e gratuitos com breve duração e amplas temáticas envolvendo a construção de lideranças;
- **Estudar Fora** é uma plataforma de apoio e preparatória para aqueles que desejam estudar fora. Nele, é oferecido um conteúdo digital e preparatório especializado. É um projeto da Fundação Estudar, organização social que acredita que estudar fora pode ter um impacto transformador na vida de cada um e também contribuir com o desenvolvimento de nosso país, uma vez que estamos formando gente mais qualificada para atuar em diferentes setores da economia.

Figuras notáveis da política brasileira já passaram pela Fundação Estudar, como é o caso da Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP) e do então Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha. Ambos fizeram parte do programa Líderes Estudar e, durante seus estudos na Universidade Harvard junto a engenheira Ligia Stocche, publicaram, em 2014, o Manifesto Mapa Buraco, segundo os quais é um documento que apontava as principais falhas presentes na educação brasileira cujo objetivo era incentivar os candidatos das eleições, que estavam em evidência, a dar importância à pauta da educação no contexto eleitoral.

A Fundação Lemann (FL) surgiu em 2002 como uma organização familiar, fundada por Jorge Paulo Lemann com o objetivo de “construir um Brasil mais justo e avançado”. Desde então, a Lemann atua principalmente em dois pilares: educação e formação de novas lideranças. A Fundação Lemann opera a partir de diversos programas, principalmente no que tange a formação de novas lideranças. Alguns desses programas são:

- **Lemann Fellowship** – Oferece bolsas de estudos para pós-graduação no exterior em áreas como educação, saúde, economia, arquitetura e urbanismo, jornalismo, gestão e políticas públicas para aqueles que buscam soluções para os grandes desafios sociais do Brasil. Tem parceria com universidades nos Estados Unidos e Reino Unido.

- **Talentos da Educação** – Reúne e promove encontros entre professores, gestores públicos, empreendedores e membros do terceiro setor da área da educação com a finalidade de gerar trocas e elevar o nível do debate no que tange as reformas educacionais, levando em consideração os desafios técnicos e políticos.
- **Talentos da Saúde** – Reúne médicos, enfermeiros, gestores e outros profissionais da área da saúde com o objetivo de discutir e vencer os principais desafios da saúde pública no Brasil.
- **Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas** – Em conjunto com a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, foi criada com o objetivo de formar e apoiar novas lideranças que tivessem como sonho transformar o país atuando na política. Nas eleições de 2018, seis representantes desse programa foram eleitos para cargos legislativos.

Nesse momento, é fundamental fazer uma revisão teórica sobre a concepção de poder da filósofa alemã Hannah Arendt, em “Sobre a Violência” (2016). A autora afirma que o poder é a capacidade de agir em conjunto, influenciar e moldar o curso dos acontecimentos através da ação coletiva. Dessa maneira, ela argumenta que o poder está ligado à política e vida comunitária de forma intrínseca, isto é, o poder emerge da ação política compartilhada e é alimentado pela participação dos indivíduos na esfera pública. Arendt faz uma distinção entre “poder de agir” – que é quando algo novo é criado através da ação coletiva – e o “poder de coagir” – que é quando ocorre a imposição da vontade sobre os outros por meio da força.

A partir da teoria de Arendt sobre poder, no que se refere ao poder de agir, podemos relacioná-la com os projetos da FL – “Talentos da Educação”, “Talentos da Saúde” e “Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas” – tendo em vista que, através da ação coletiva, esses grupos desempenham poder nos seus espaços de influência. No entanto, relacionando com o conceito de aparelho hegemônico, reproduzem neles, a ideologia e valores do GL.

Faço também uma reflexão teórica da atuação das fundações de Jorge Paulo Lemann com os conceitos dos tipos de capital do sociólogo francês Pierre Bourdieu desenvolvidos nas obras “Vocabulário Bourdieu” (2017) e “Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais” (2018). Através dos projetos de suas fundações, aqueles que se

beneficiam adquirem o capital cultural, que corresponde ao conjunto de saberes que um indivíduo possui; outro capital que é possível se ver presente é o capital social, o qual trata dos relacionamentos que um indivíduo tem e a que pode recorrer para alcançar seus objetivos.

Um bom exemplo para concluir a reflexão é o caso da Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP), que adquiriu capital cultural através das oportunidades que teve por meio de sua participação no programa Líderes Estudantes da Fundação Estudar e capital social pelas relações que fez na fundação, tornando-se estagiária da AMBEV, empresa que faz parte do grupo 3G de Jorge Paulo Lemann.

Pensando Tabata Amaral

Anteriormente, fiz um apanhado de quem é Tabata Amaral, no entanto faço agora uma retomada no assunto para falar quem é a Deputada Federal Tabata Amaral. A jovem paulista foi eleita pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo a sexta candidata mais votada no estado de São Paulo, contando com 264 mil votos nas eleições de 2018. No entanto, no primeiro ano de seu mandato, a Deputada Federal foi contra a orientação do seu então partido e votou favorável à Reforma da Previdência, recebendo sanções do PDT. Segundo informações do Portal da Câmara dos Deputados e da Revista Exame, em maio de 2021, Amaral entrou com um recurso para se desfiliar do PDT sem que houvesse perda do mandato. Saindo vitoriosa, em setembro do mesmo ano, anunciou sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Tabata é membro titular da Comissão de Educação, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, membro suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, foi também membro titular da Comissão Especial da PEC 015/15 que tornou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) um instrumento permanente de financiamento da educação básica.

Na esfera ideológica, Tabata afirma ser de centro-esquerda e progressista, sendo sempre duramente criticada pela esquerda radical por seus posicionamentos e projetos. Em anexo ao fim deste artigo, estão listados todos os Projetos de Lei (PLs) do primeiro mandato (2019-2022) da Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP).

É possível ver nos PLs a forte presença dos ideais progressistas associados ao liberalismo democrático, que por sua vez pode ser definido por Norberto Bobbio, em seu livro “Liberalismo e Democracia” (2000), como uma forma específica de

democracia que integra os princípios da tradição liberal. A abordagem de Bobbio enfatiza o respeito pelos direitos individuais, o Estado de Direito, o pluralismo político, a participação popular e, frequentemente, uma economia de mercado. Bobbio destaca a interconexão entre liberdade política e econômica, destacando a importância da proteção dos direitos civis e políticos, a submissão do governo às leis, a diversidade de opiniões políticas, a participação dos cidadãos e a associação da democracia liberal a uma economia baseada no mercado.

Outro ponto a ser observado acerca da temática dos PLs é que são, em sua maioria, segundo o site da Câmara dos Deputados, voltados para temática de Política e Administração Pública, Direitos Humanos, Educação, Cultura e Esportes, mais uma vez temáticas ligadas ao progressismo. Todavia, é de se observar também as repetidas vezes em que o nome do ex Deputado Federal Felipe Rigoni³ aparece como coautor de projetos de lei junto de Amaral. Rigoni é um dos que fazia parte da dita chamada “Bancada Lemann”.

Diante desse estudo, é possível chegar à conclusão que o Grupo Lemann é um aparelho hegemônico. Tendo em vista que sua filantropia é realizada como uma forma de disseminar os valores e ideologias de Jorge Paulo Lemann, é possível evidenciar sua influência na formação da opinião pública sobre determinados assuntos de interesse público. Essa ação é possível de se evidenciar, principalmente, no espaço político, através de sua bancada, como o estudo de caso feito a respeito da Deputada Federal Tabata Amaral demonstra.

³ Felipe Rigoni é um “Lemann Fellow”. Foi o 2º deputado mais votado do Espírito Santo em 2018. É mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Oxford, tendo recebido bolsa de estudos da Universidade em parceria com a Fundação Lemann através do programa Lemann Fellowship.

ANEXO

Quadro 1 – Listagem dos projetos de lei da deputada federal Tabata Amaral na 56 º Legislatura

Projeto de Lei	Autoria	Ementa	Situação
PL 2595/2019	Tabata Amaral - PDT/SP	Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1672/2019	Tabata Amaral - PDT/SP	Dispõe sobre o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.	Apensado ao PL 9159/2017.
PL 4318/2019	Aline Gurgel - PRB/AP, Tabata Amaral - PDT/SP	Institui a Campanha Nacional: "Namoro sem Violência"	Apensado ao PL 852/2019.
PL 4896/2019	Felipe Rigoni - PSB/ES, Professor Israel Batista - PV/DF, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a fim de assegurar mecanismos e práticas de transparência, democracia interna, equidade e integridade nos partidos políticos e nas eleições; e dá outras providências.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 6461/2	André de Paula - PSD/PE, Arthur Lira	Institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

019	- PP/AL, Baleia Rossi - MDB/SP, Tabata Amaral - PDT/SP e outros		
PL 6072/2019	Tabata Amaral - PDT/SP, Felipe Rigoni - PSB/ES, João H. Campos - PSB/PE e outros	Modifica a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para reformular os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, assegurar a atualização monetária anual dos valores dos benefícios e dos valores referenciais para caracterização de situação de pobreza e de extrema pobreza; prever o desligamento voluntário de famílias beneficiárias e o retorno automático ao Programa; revoga o art. 2º, o art. 2º-A, o parágrafo único do art. 3º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; e dá outras providências.	Arquivado.
PL 1422/2019	Felipe Rigoni - PSB/ES, Alessandro Molon - PSB/RJ, Jhc - PSB/AL, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Institui o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, altera dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e dá outras providências. NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.	Transformado em Lei Ordinária.
PL 5250/2019	Perpétua Almeida - PCdoB/AC, Alice Portugal - PCdoB/BA, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Acrescenta parágrafo ao art. 83 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para determinar, assegurada a paridade de gênero, a disputa por candidatos do mesmo sexo de cada uma das vagas nas eleições para o Senado Federal, quando de sua renovação por dois terços.	Apensado ao PL 7539/2014.
PL 885/20	Mariana Carvalho - PSDB/RO, Patricia	Dispõe sobre a proibição da suspensão do fornecimento de energia elétrica e dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário por	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

20	Ferraz - PODE/AP, Dra. Soraya Manato - PSL/ES, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	inadimplência dos usuários residenciais durante a vigência da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo coronavírus, alterando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	
PL 4372/2020	Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO, Tabata Amaral - PDT/SP, Danilo Cabral - PSB/PE e outros	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências. NOVA EMENTA: Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.	Transformado em Lei Ordinária.
PL 3143/2020	Felipe Rigoni - PSB/ES, Tabata Amaral - PDT/SP	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre o ressarcimento dos serviços de atendimento à saúde prestados a beneficiários de planos de saúde em instituições integrantes do Sistema Único de Saúde, durante o estado de calamidade pública relacionado à pandemia da COVID-19.	Arquivado.
PL 2826/2020	Vilson da Fetaemg - PSB/MG, Rosana Valle - PSB/SP, Bira do Pindaré - PSB/MA, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei N. 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, e a Lei N. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, e dá outras providências.	Apensado ao PL 2436/2011.
PL 3165/2020	Idilvan Alencar - PDT/CE, Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO, Professora Rosa	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas à educação básica pública a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3892/2020.

	Neide - PT/MT, Tabata Amaral - PDT/SP e outros		
PL 2311/2 020	Paula Belmonte - CIDADANIA/DF, Norma Ayub - DEM/ES, Dra. Soraya Manato - PSL/ES, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Acrescenta o §4º ao art. 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar a decretação de prisão preventiva em caso de descumprimento de medida protetiva por parte do agressor.	Apensado ao PL 5114/2013.
PL 569/20 20	Tabata Amaral - PDT/SP, Felipe Rigoni - PSB/ES	Altera o inciso III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a licença-paternidade de 60 (sessenta) dias.	Apensado ao PL 3935/2008.
PL 5340/2 020	Tabata Amaral - PDT/SP, Pedro Cunha Lima - PSDB/PB, Rose Modesto - PSDB/MS e outros	Altera a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019?, para fixar diretrizes que orientem a distribuição de vacinas contra a covid-19 à população.	Arquivado
PL 428/20 20	Tabata Amaral - PDT/SP, Dagoberto Nogueira - PDT/MS, Professor Israel Batista - PV/DF	Dispõe sobre a distribuição de absorventes higiênicos em espaços públicos	Arquivado
PL 1267/2	Talíria Petrone - PSOL/RJ, Fernanda	Altera a lei 10.714/2003, com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180 enquanto durar a pandemia do covid-19 (novo coronavirus).	Arquivado

020	Melchionna - PSOL/RS, Sâmia Bomfim - PSOL/SP, Tabata Amaral - PDT/SP e outros		
PL 1291/2 020	Maria do Rosário - PT/RS, Professora Rosa Neide - PT/MT, Margarida Salomão - PT/MG, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - e no Código Penal durante a vigência da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 ou durante a declaração de estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019	Transformado em Lei Ordinária.
PL 2927/2 020	Felipe Rigoni - PSB/ES, Tabata Amaral - PDT/SP	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.	Retirado pelo Autor.
PL 5091/2 020	Soraya Santos - PL/RJ, Flávia Arruda - PL/DF, Margarete Coelho - PP/PI, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.	Transformado em Lei Ordinária.
PL 5091/2	Alexandre Padilha - PT/SP, Carmen	Regulamenta a manutenção do conjunto ordenado de objetivos e princípios que envolvem a aplicação e a execução das medidas socioeducativas	Aprovado e transformado em Lei Ordinária.

020	Zanotto - CIDADANIA/SC, Eduardo Barbosa - PSDB/MG, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	durante o período de crise sanitária causada pela Covid-19.	
PL 5096/2 020	Lídice da Mata - PSB/BA, Marcelo Nilo - PSB/BA, Wilson da Fetaemg - PSB/MG, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera o Decreto – Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal - para dispor sobre a audiência de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual. NOVA EMENTA: Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).	Transformado em Lei Ordinária.
PL 1085/2 020	Felipe Rigoni - PSB/ES, Tereza Nelma - PSDB/AL, Orlando Silva - PCdoB/SP, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Dispõe, na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, sobre a suspensão temporária de contagem de prazos e de pagamentos de obrigações financeiras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante a decretação de calamidade sanitária destinada ao combate da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Arquivado.
PL 646/20 20	Vinicius Poit - NOVO/SP, Jhc - PSB/AL, Paulo Ganime - NOVO/RJ, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para autorizar os Diretórios Nacionais dos Partidos Políticos a doarem recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas para ações incluídas em políticas de enfrentamento de emergências de saúde pública, de calamidade pública ou de desastres naturais.	Apensado ao PL 15/2019.

PL 3063/2 020	Felipe Rigoni - PSB/ES, Tabata Amaral - PDT/SP	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.	Apensado ao PL 2630/2020.
PL 1485/2 020	Adriana Ventura - NOVO/SP, Rodrigo Coelho - PSB/SC, Felipe Rigoni - PSB/ES, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para duplicar as penas de crimes contra a administração pública quando estes forem praticados por ocasião de calamidade pública. NOVA EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 12.850, de 2 de agosto de 2013, para combater condutas que tenham por finalidade o desvio de recursos destinados ao enfrentamento de estado de calamidade pública.	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.
PL 2151/2 020	Felipe Rigoni - PSB/ES, Tabata Amaral - PDT/SP, Camilo Capiberibe - PSB/AP	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, para estabelecer medidas que aumentam a transparência das informações relativas à covid-19.	Arquivado
PL 2508/2 020	Fernanda Melchionna - PSOL/RS, Talíria Petrone - PSOL/RJ, Sâmia Bomfim - PSOL/SP, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Acrescenta alínea I ao parágrafo 3º do Art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a operacionalização do pagamento da Renda Básica Emergencial, para assegurar à mulher provedora a concessão do benefício, salvo se comprovada a guarda unilateral do homem provedor; e dá outras providências. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.	Transformado em Lei Ordinária.
PL 2623/2 020	Alice Portugal - PCdoB/BA, Perpétua Almeida - PCdoB/AC,	Dispõe sobre o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM enquanto durarem as medidas emergenciais ocasionadas pela pandemia do coronavírus.	Apensado ao PL 1277/2020.

	Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO, Tabata Amaral - PDT/SP e outros		
PL 934/2020	Mariana Carvalho - PSDB/RO, Tabata Amaral - PDT/SP, Rose Modesto - PSDB/MS, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Dispõe sobre medidas emergenciais para os setores cultural, do turismo e do entretenimento brasileiros em razão da pandemia do coronavírus - COVID-19.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1299/2020	Airton Faleiro - PT/PA, Alexandre Padilha - PT/SP, Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 para definir mecanismo de financiamento específico, fortalecimento da rede SUS e medidas emergenciais para o enfrentamento de pandemias e calamidades em saúde pública junto aos povos indígenas no Brasil.	Arquivado
PL 557/2020	Tabata Amaral - PDT/SP	Institui a realização, em caráter anual, da "Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História" no âmbito das escolas de educação básica do País.	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.
PL 2723/2020	Professor Israel Batista - PV/DF, Erika Kokay - PT/DF, Tabata Amaral - PDT/SP	Dispõe sobre as consequências do afastamento da responsabilidade civil ou administrativa dos agentes públicos no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19, e no combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes da pandemia da covid-19, alterando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro, de 2020.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

PL 3815/2020	Tereza Nelma - PSDB/AL, Tabata Amaral - PDT/SP, Alice Portugal - PCdoB/BA, Mara Rocha - PSDB/AC e outros	Dispõe sobre o Auxílio Inclusão Digital.	Arquivado.
PL 3425/2020	Tabata Amaral - PDT/SP, Orlando Silva - PCdoB/SP, Eduardo Bismarck - PDT/CE e outros	Dispõe sobre a inclusão de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1084/2020	Felipe Rigoni - PSB/ES, Tereza Nelma - PSDB/AL, Orlando Silva - PCdoB/SP, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei nº 11.947, de 2009, a Lei 10.880, de 2004 e a Lei 11.494, de 2007, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a fim de flexibilizar o uso dos recursos de repasse para municípios, estados e Distrito Federal, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situações de emergência ou calamidade pública para garantia de alimentação escolar.	Apensado ao PL 1025/2020.
PL 1288/2020	Dr. Frederico - PATRIOTA/MG, Alexandre Padilha - PT/SP, Dr. Zacharias	Altera a Lei n. 9.656, de 3 de junho de 1998, para determinar que durante o período de calamidade pública os planos de saúde não sejam suspensos ou rescindidos por falta de pagamento.	Apensado ao PL 4201/2012.

	Calil - DEM/GO, Tabata Amaral - PDT/SP e outros		
PL 3503/2 020	João H. Campos - PSB/PE, Paulo Teixeira - PT/SP, José Guimarães - PT/CE, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que trata do auxílio emergencial, para permitir a extensão de sua vigência, retirar a limitação do Imposto de Renda de 2018 e estabelecer critérios para avaliação de recursos apresentados pelos requerentes em caso de indeferimento.	Apensado ao PL 3413/2020.
PL 4256/2 020	João H. Campos - PSB/PE, Danilo Cabral - PSB/PE, Professor Israel Batista - PV/DF, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Cria o Programa Ganhe o Mundo - PGM, para oferecer capacitação em línguas estrangeiras e intercâmbio internacional aos alunos do ensino médio das redes públicas de ensino.	Devolvida ao Autor.
PL 1552/2 020	Sâmia Bomfim - PSOL/SP, David Miranda - PSOL/RJ, Fernanda Melchionna - PSOL/RS, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus). NOVA EMENTA: Dispõe sobre medidas de proteção à mulher em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, ou, transcorrida sua vigência, enquanto durarem as medidas de quarentena e de restrições de atividades no contexto da pandemia da Covid-19.	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.
PL 2949/2	Idilvan Alencar - PDT/CE, Professora	Dispõe sobre a Estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19)	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

020	Rosa Neide - PT/MT, Wolney Queiroz - PDT/PE, Tabata Amaral - PDT/SP e outros		
PL 3932/2 020	Perpétua Almeida - PCdoB/AC, Jandira Feghali - PCdoB/RJ, Professora Marcivania - PCdoB/AP, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Determina o afastamento do trabalho presencial de trabalhadoras gestantes enquanto persistir a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020. NOVA EMENTA: Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Transformado em Lei Ordinária.
PL 1429/2 020	Felipe Rigoni - PSB/ES, Tabata Amaral - PDT/SP	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.	Retirado pelo Autor.
PL 5531/2 020	Adriana Ventura - NOVO/SP, Lucas Gonzalez - NOVO/MG, Marcel Van Hattem - NOVO/RS, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - para permitir o pedido de informação anônimo.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1082/2 020	Tabata Amaral - PDT/SP, Tereza Nelma - PSDB/AL, Felipe Rigoni - PSB/ES e outros	Institui a Lei de Resposta ao Coronavírus e dispõe sobre a renda mínima de emergência e o benefício assistencial a trabalhadores informais.	Apensado ao PL 904/2020.

PL 4963/2 020	Margarete Coelho - PP/PI, Rose Modesto - PSDB/MS, Norma Ayub - DEM/ES, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra mulheres ou em razão de gênero.	Arquivado.
PL 3748/2 020	Tabata Amaral - PDT/SP, João H. Campos - PSB/PE, Professor Israel Batista - PV/DF e outros	Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda.	Apensado ao PL 6015/2019.
PL 5530/2 020	Adriana Ventura - NOVO/SP, Lucas Gonzalez - NOVO/MG, Marcel Van Hattem - NOVO/RS, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - para prever transparência ativa dos gastos efetuados por órgãos e entidades da administração pública de todos os entes da federação.	Apensado ao PL 8860/2017.
PL 429/20 20	Tabata Amaral - PDT/SP	Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho para permitir a ausência do empregado ao trabalho, sem prejuízo do salário, para participar de reunião escolar de seus dependentes.	Apensado ao PL 5946/2013.
PL 1685/2 021	Tabata Amaral - PDT/SP	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 - Lei das Eleições, para regular a distribuição do Fundo Partidário e do Fundo de Financiamento das Campanhas Eleitorais com o objetivo de premiar as agremiações que invistam na efetiva participação política das mulheres	Apensado ao PL 3563/2008.

PL 1785/2 021	Tabata Amaral - PDT/SP	Inserir dispositivo na Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968.	Apensado ao PL 1375/2020.
PL 4450/2 021	Rodrigo Agostinho - PSB/SP, Túlio Gadêlha - PDT/PE, Joenia Wapichana - REDE/RR, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Dispõe sobre a vedação de registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de imóveis rurais em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas, da suspensão de validade do CAR em imóveis com desmatamento ilegal e do embargo automático remoto obrigatório no caso de desmatamento ilegal em imóveis rurais e dá outras providências.	Apensado ao PL 4689/2019.
PL 788/20 21	Tabata Amaral - PDT/SP, Felipe Rigoni - PSB/ES	Institui o Prêmio Meninas na Ciência para o Desenvolvimento do Brasil (Prêmio Meninas na Ciência)	Devolvida ao autor pela Mesa Diretora.
PL 1795/2 021	Celina Leão - PP/DF, Benedita da Silva - PT/RJ, Erika Kokay - PT/DF, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Inscrive no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Laudelina de Campos Melo.	Aprovado e transformado em Lei Ordinária.
PL 4131/2 021	Adriana Ventura - NOVO/SP, Alexis Fonteyne - NOVO/SP, Tiago Mitraud - NOVO/MG, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 para assegurar a transparência da execução das transferências especiais.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

PL 4517/2021	Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe Rigoni - PSB/ES, Fábio Trad - PSD/MS e outros	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para incluir novas possibilidades de sanções administrativas em decorrência da prática de atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira.	Apensado ao PL 11096/2018.
PL 4531/2021	Felipe Rigoni - PSL/ES, Tabata Amaral - PSB/SP, Fábio Trad - PSD/MS e outros	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para reduzir o valor mínimo de contratação a partir do qual é obrigatória a implantação de programa de integridade pelo contratado, e dá outras providências.	Apensado ao PL 418/2020.
PL 4592/2021	Tabata Amaral - PSB/SP	Altera o art. 4º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, o art. 4º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e o art. 268 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer medidas punitivas adequadas para o gestor público que infringir deliberadamente determinações sanitárias do poder público destinadas a prevenir o contágio de doença durante a ocorrência de epidemia.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 3904/2021	Tabata Amaral - PSB/SP, Rodrigo Agostinho - PSB/SP, Felipe Rigoni - PSB/ES e outros	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para dispor sobre incentivos à economia verde.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

PL 1967/2 021	Idilvan Alencar - PDT/CE, Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO, Professor Israel Batista - PV/DF, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Dispõe sobre as condições de isenção de taxa de inscrição para a realização da edição 2021 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2021).	Apensado ao PL 55/2021.
PL 4523/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP	Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências, para explicitar a competência da ANS de fiscalizar os serviços de saúde próprios mantidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.	Apensado ao PL 2734/2011.
PL 4578/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP	Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, estudantes brasileiros de baixa renda comprovadamente aceitos em programas de ensino, pesquisa ou extensão no exterior.	Apensado ao PL 861/2019.
PL 3501/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP	Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 13.086, de 2015, para converter o “Dia da Conquista do Voto Feminino” em “Dia do Voto Feminino e da Representatividade das Mulheres na Política”.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 785/20 21	Tabata Amaral - PDT/SP	Dispõe sobre a criação de cotas obrigatórias de participação de mulheres em conselhos de administração de companhias abertas, de empresas estatais e de sociedades de economia mista e dá outras providências.	Retirado pelo Autor.
PL 1409/2 021	Tabata Amaral - PDT/SP	Eleva o valor do Auxílio Emergencial 2021 para R\$ 600,00 (seiscentos reais); regulamenta o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para incluir as despesas tributárias no limite de	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

		despesas; revisa políticas públicas voltadas a cidadãos mais bem posicionados na distribuição de renda.	
PL 1999/2 021	Tabata Amaral - PDT/SP, Marcelo Ramos - PL/AM, Professor Israel Batista - PV/DF e outros	Acrescenta parágrafo único ao Inciso VIII do Art. 70 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação	Arquivado.
PL 4579/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP	Institui o Benefício Alimentação Maternidade para as trabalhadoras do mercado informal ou desempregadas e assegura alimentação diferenciada para mulheres lactantes em penitenciárias.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 4043/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP	Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.	Retirado pelo Autor.
PL 4518/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe Rigoni - PSB/ES, Fábio Trad - PSD/MS e outros	Dispõe sobre os requisitos intelectuais e éticos exigidos pela Constituição Federal para o provimento de cargos públicos nos tribunais, conselhos nacionais e no Poder Executivo.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 4534/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe Rigoni - PSL/ES, Fábio Trad - PSD/MS e outros	Acrescenta o Capítulo I - B ao Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tratar do crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de atividade sexual. NOVA EMENTA: Acrescenta o Capítulo I-B ao Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de ato sexual.	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.
PL	Tabata Amaral -	Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à	Aguardando Apreciação pelo Senado

4129/2 021	PSB/SP, Nilto Tatto - PT/SP, Joenia Wapichana - REDE/RR e outros	mudança do clima.	Federal.
PL 2589/2 021	Joice Hasselmann - PSL/SP, Iracema Portella - PP/PI, Maria Rosas - REPUBLIC/SP, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Institui o Programa Crédito da Mulher no âmbito das instituições financeiras oficiais federais e dispõe sobre medidas para o fomento ao empreendedorismo feminino por meio do crédito, bem como altera a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.	Arquivado.
PL 4591/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP	Institui o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - SINVES, estabelece instrumentos e medidas de prevenção e controle de doenças e de riscos de agravos à saúde no Brasil, regulamenta as situações de emergência em saúde pública, institui infrações e crimes sanitários, dispõe sobre o processo administrativo para apuração de infrações sanitárias e dá outras providências.	Apensado ao PL 1902/2021.
PL 54/202 1	Tabata Amaral - PDT/SP, Idilvan Alencar - PDT/CE, Professor Israel Batista - PV/DF e outros	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para dispor sobre a criação de incentivo financeiro ao estudante do ensino médio. NOVA EMENTA: Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.075, de 22 de outubro de 2020.	Transformado em Lei Ordinária.
PL 3408/2 021	Tabata Amaral - PDT/SP, Felipe Rigoni - PSB/ES, Franco Cartafina -	Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.	Transformado em Lei Ordinária.

	PP/MG e outros		
PL 4043/2021	Tabata Amaral - PSB/SP	Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.	Retirado pelo Autor.
PL 1246/2021	Tabata Amaral - PDT/SP, Rose Modesto - PSDB/MS, Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO e outros	Dispõe sobre a criação de reserva obrigatória de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica e dá outras providências. NOVA EMENTA: Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.
PL 506/2021	Tabata Amaral - PDT/SP	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.170/83 para incluir o crime de apologia ao retorno da ditadura militar em território brasileiro.	Apensado ao PL 3864/2020.
PL 3948/2021	Perpétua Almeida - PCdoB/AC, Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO, Alice Portugal - PCdoB/BA, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera a Lei nº 5.050, de 7 de julho de 1996, para obrigar o uso dos recursos financeiros provenientes de licitações de conferência de autorizações de uso de radiofrequências em programas de conectividade de escolas públicas.	Apensado ao PL 2172/2019.
PL 4355/2021	Lídice da Mata - PSB/BA, Chico D'angelo - PDT/RJ, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Proposta para a Semana Nacional da Cultura Brasileira, que será comemorada na semana que compreende o dia 5 de novembro, Dia Nacional da Cultura e da Ciência, conforme estabelece a Lei nº 5.579, de 15 de maio de 1970.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

PL 3970/2021	Professora Rosa Neide - PT/MT, José Ricardo - PT/AM, Waldenor Pereira - PT/BA, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid e o Programa Residência Pedagógica - PRP e dá outras providências.	Apensado ao PL 5054/2016.
PL 54/2021	Tabata Amaral - PDT/SP, Idilvan Alencar - PDT/CE, Professor Israel Batista - PV/DF e outros	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para dispor sobre a criação de incentivo financeiro ao estudante do ensino médio. NOVA EMENTA: Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.075, de 22 de outubro de 2020.	Transformada na Lei Ordinária 14818/2024.
PL 3411/2021	Felipe Rigoni - PSB/ES, Franco Cartafina - PP/MG, Professora Rosa Neide - PT/MT, Tabata Amaral - PDT/SP e outros	Institui o Programa Emergencial de Aprendizagem dos Estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio, e de Acolhimento à Comunidade Escolar das Redes Públicas de Educação Básica (PEAA).	Apensado ao PL 7420/2006.
PL 4516/2021	Tabata Amaral - PSB/SP, Joenia Wapichana - REDE/RR, Nilto Tatto - PT/SP e outros	Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para consolidar o incentivo à emissão de debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes).	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 4533/2	Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe	Acrescenta o art. 30-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), para instituir a Semana de Promoção da Educação para a	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

021	Rigoni - PSL/ES, Fábio Trad - PSD/MS e outros	Integridade nas escolas públicas e privadas da educação básica.	
PL 4568/2 021	Felipe Rigoni - PSL/ES, Tabata Amaral - PSB/SP, Fábio Trad - PSD/MS e outros	Institui a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab) e define seus objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 4593/2 021	Tabata Amaral - PSB/SP	Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar às mulheres com filhos ou dependentes a oferta de vagas, no turno diurno, para cursarem a educação de jovens e adultos.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 3051/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP	Altera a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, para dispor sobre a isenção de pagamento de taxas e sobre a tramitação simplificada de processos de revalidação e reconhecimento de diplomas de graduação e pós-graduação stricto sensu para os refugiados.	Apensado ao PL 9947/2018.
PL 230/20 22	Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe Rigoni - PSL/ES	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor de saúde, com vistas à sua capacitação produtiva e tecnológica e dá outras providências.	Apensado ao PL 4060/2020.
PL 248/20 22	Tabata Amaral - PSB/SP, Fábio Trad - PSD/MS, Alex Manente - CIDADANIA/SP e outros	Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País.	Apensado ao PL 77/2019.
PL 1251/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP	Dispõe sobre os animais de suporte emocional como recurso terapêutico para pessoas com deficiência e transtornos mentais.	Apensado ao PL 2666/2019.

PL 2010/2022	Bira do Pindaré - PSB/MA, Camilo Capiberibe - PSB/AP, Lídice da Mata - PSB/BA, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera o Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a suspensão de porte de armas no período compreendido entre a semana anterior e a semana posterior ao pleito eleitoral, para os portadores que especifica.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 59/2022	Tabata Amaral - PSB/SP, Professor Israel Batista - PV/DF	Cria o Programa Dinheiro Direto na Escola para promoção da sustentabilidade (PDDE Sustentável).	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 516/2022	Perpétua Almeida - PCdoB/AC, Celina Leão - PP/DF, Alice Portugal - PCdoB/BA, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Cria a lei - Leliane Gomes da Cruz - que institui a Política Nacional de Promoção do Parto Humanizado, Digno e Respeitoso (PNP-PHDR) e dá outras providências.	Apensado ao PL 878/2019.
PL 2928/2022	Luiza Erundina - PSOL/SP, Áurea Carolina - PSOL/MG, Orlando Silva - PCdoB/SP, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Dispõe sobre a gratuidade do transporte público coletivo de passageiros durante o período de realização de eleições.	Apensado ao PL 1751/2011.
PL 2074/2022	Tabata Amaral - PSB/SP	Dispõe sobre a locação social de imóveis residenciais para famílias de baixa renda com o objetivo de reduzir o déficit habitacional.	Apensado ao PL 2053/2021.

PL 1025/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe Rigoni - UNIÃO/ES	Dispõe sobre a avaliação e monitoramento, pelas administrações tributárias da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, das políticas de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, nos termos do § 16 do art. 37 e do § 16 do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1128/2 022	Adriana Ventura - NOVO/SP, Lucas Gonzalez - NOVO/MG, Norma Ayub - PP/ES, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - para prever transparência ativa dos dados e da destinação de imóveis da União, estados, municípios e do Distrito Federal.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1066/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP	Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para adequar o Benefício da Primeira Infância à definição da primeira infância dada pela Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.	Retirado pelo Autor.
PL 2761/2 022	Bira do Pindaré - PSB/MA, Vilson da Fetaemg - PSB/MG, Mauro Nazif - PSB/RO, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para aumentar o número de parcelas do seguro-desemprego a ser recebida pelo trabalhador demitido sem justa causa após os 50 anos de idade.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 2777/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP, Adriana Ventura - NOVO/SP	Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para disciplinar a transparência das atividades de fiscalização e disciplina do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 2723/2	Maria do Rosário - PT/RS, Tereza	Institui o dia 25 de março como o "Dia Nacional de Levante Contra o Feminicídio".	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

022	Nelma - PSD/AL, Fernanda Melchionna - PSOL/RS, Tabata Amaral - PSB/SP e outros		
PL 1890/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP, Lídice da Mata - PSB/BA, Rejane Dias - PT/PI e outros	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para facilitar a concessão de medida protetiva e torná-la irrevogável se tiver prazo.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1891/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP, Lídice da Mata - PSB/BA	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre igualdade de gênero no investimento da verba pública no esporte.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 2075/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP, Áurea Carolina - PSOL/MG, Bira do Pindaré - PSB/MA e outros	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor que o IBGE, na forma da regulamentação, adotará metodologia para atualizar anualmente os percentuais de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em relação à população das unidades da Federação.	Arquivado.
PL 2680/2 022	Bira do Pindaré - PSB/MA, Professor Israel Batista - PSB/DF, Lídice da Mata - PSB/BA, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, para incluir no tipo penal omissão de cautela a não comunicação de perda, furto, roubo ou extravio de arma de fogo por parte de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC).	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

PL 2725/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP, Adriana Ventura - NOVO/SP, Professor Israel Batista - PSB/DF	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961; a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e a Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional. NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.
PL 225/20 22	Adriana Ventura - NOVO/SP, Lucas Gonzalez - NOVO/MG, Marcel Van Hattem - NOVO/RS, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a diretriz de continuidade da gestão da informação, com a finalidade de assegurar a manutenção de informações de gestões anteriores.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 2928/2 022	Luiza Erundina - PSOL/SP, Áurea Carolina - PSOL/MG, Orlando Silva - PCdoB/SP, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Dispõe sobre a gratuidade do transporte público coletivo de passageiros durante o período de realização de eleições.	Apensado ao PL 1751/2011.
PL 596/20 22	Tabata Amaral - PSB/SP	Modifica o art. 7º, inciso 4, da Lei nº 1.079, de 1950, para prevenir o atentado contra a realização de eleições regulares, transparentes e democráticas.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 252/20 22	Felipe Rigoni - PSL/ES, Fábio Trad - PSD/MS, Alex	Dispõe sobre normas de integridade e capacitação nas contratações públicas da União.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

	Manente - CIDADANIA/SP, Tabata Amaral - PSB/SP e outros		
PL 250/20 22	Tabata Amaral - PSB/SP, Fábio Trad - PSD/MS, Alex Manente - CIDADANIA/SP e outros	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei dos Registros Públicos; a Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; e a nº Lei 5.868/1972, de 12 de dezembro de 1972 , para instituir e ampliar a transparência dos dados sobre posse e propriedade de terras.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 3050/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que a fixação dos valores per capita do PDDE contemple, diferenciadamente, as escolas que atendem a estudantes imigrantes e refugiados.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1396/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP	Institui o dia 28 de maio como o Dia Nacional da Dignidade Menstrual	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1345/2 022	Felipe Rigoni - UNIÃO/ES, Tabata Amaral - PSB/SP	Altera a Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002, para estabelecer garantias mínimas de compartilhamento de informações no período de transição governamental.	Apensado ao PL 396/2007.
PL 1495/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP	Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para adequar o Benefício da Primeira Infância à definição da primeira infância dada pela Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 1560/2 022	Perpétua Almeida - PCdoB/AC, Mauro Nazif - PSB/RO, Tabata Amaral - PSB/SP	Altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde) para determinar como exemplificativo o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar.	Apensado ao PL 1542/2022.

PL 253/20 22	Felipe Rigoni - PSL/ES, Fábio Trad - PSD/MS, Alex Manente - CIDADANIA/SP, Ta bata Amaral - PSB/SP e outros	Institui a Rede Nacional de Observatórios de Despesa Pública (Rede ODP) e define seus objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio.	Devolvida ao Autor.
PL 1037/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe Rigoni - UNIÃO/ES	Exige de candidatos e autoridades apresentação de declaração de interesses e fontes de renda.	Apensado ao PL 6949/2017.
PL 1031/2 022	Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe Rigoni - UNIÃO/ES	Regulamenta o § 16 do art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre a avaliação de políticas públicas no âmbito da administração pública federal, e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para instituir anexo de avaliação de políticas públicas à lei de diretrizes orçamentárias.	Retirado pelo Autor.
PL 1128/2 022	Adriana Ventura - NOVO/SP, Lucas Gonzalez - NOVO/MG, Norma Ayub - PP/ES, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - para prever transparência ativa dos dados e da destinação de imóveis da União, estados, municípios e do Distrito Federal.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL 2761/2 022	Bira do Pindaré - PSB/MA, Vilson da Fetaemg - PSB/MG, Mauro Nazif - PSB/RO, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para aumentar o número de parcelas do seguro-desemprego a ser recebida pelo trabalhador demitido sem justa causa após os 50 anos de idade.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.
PL	Tabata Amaral -	Dispõe sobre a avaliação e monitoramento, pelas administrações tributárias	Em tramitação na Câmara dos

1025/2022	PSB/SP, Felipe Rigoni - UNIÃO/ES	da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, das políticas de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, nos termos do § 16 do art. 37 e do § 16 do art. 165 da Constituição Federal.	Deputados.
PL 561/2022	Adriana Ventura - NOVO/SP, Gilson Marques - NOVO/SC, Tiago Mitraud - NOVO/MG, Tabata Amaral - PSB/SP e outros	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para permitir a emissão de orientações com vistas à harmonização de entendimentos sobre a lei de acesso à informação em nível nacional.	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.
PL 249/2022	Tabata Amaral - PSB/SP, Fábio Trad - PSD/MS, Alex Manente - CIDADANIA/SP e outros	Dispõe sobre normas de transparência nas contratações públicas da União.	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.

Referências

- ALONSO, Angela. A POLÍTICA DAS RUAS: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. São Paulo: Novos Estudos, 2017. pp. 49-58.
- AMARAL, Tabata. Nosso Lugar: O caminho que me levou à luta por mais mulheres na política. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- AMÉRICO, Juliana. Por que não existe uma cultura filantrópica no Brasil?. VOCÊRH, 2020. Disponível em: <https://vocerh.abril.com.br/mercado-vagas/por-que-nao-existe-uma-cultura-filantropica-no-brasil>. Acesso em: 13 out. 2023.
- ARENDT, Hannah. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 51-74.
- AZEVEDO, Reinaldo. Tabata Amaral - Vila Missionária, Harvard: há lugar para a centro-esquerda no país? | Reconversa #12. Youtube. 2023. Acesso em 01 nov. 2023
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; JUNIOR, Nelson Silva . A “construção” do Terceiro Setor no Brasil:: da Questão Social à Organizacional. 17. ed. Local: PSICOLOGIA POLÍTICA, 2009. pp. 129-148 p. v. 9.
- CARIELLO, Lisia. Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais. Encontro de História, 19. Associação Nacional de História. Rio de Janeiro. Setembro de 2020.
- CATANI; NOGUEIRA; HEY; DE MEDEIROS. Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- EDWARDS, Michael. Just Another Emperor?: The myths and realities of Philanthrocapitalism. Nova York: Demos, 2008.
- FARIAS, Adriana Medeiros. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e Sócios. 2. ed. Salvador: Germinal: marxismo e educação em debate, 2021. pp. 735-765 p. v. 13.
- FONTES, Virgínia. “Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais.” Marx e Marxismo – Revista do NIEP- Marx, v.8, n.14, pp.15-35, jan.-jun./2020
- GOUVEIA, Marcelo. Nelson Rockefeller, a mão amiga do capitalista americano no Brasil. Jornal Opção, 2014. Disponível em:

<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/nelson-rockefeller-mao-amiga-capitalista-americano-no-brasil-23275/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

GRENFELL, Michael . Pierre Bourdieu conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.

KLEIN, Cristina . Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Rideel, 2015.

LESSA, Candace; ROSSETTI, Fernando. O futuro da filantropia no Brasil. GIFE, 2006. Disponível em: <https://gife.org.br/o-futuro-da-filantropia-no-brasil/>. Acesso em: 05 out. 2023.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. Dicionário Gramsciano. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. pp. 44-45 p. v. 1.

MAGENTA, Matheus. O que é ser progressista?. BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62491258>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MONTESANTI, Beatriz. Bancada Lemann": os políticos apoiados pelo 2º homem mais rico do Brasil. UOL, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/22/com-trajetoria-parecida-deputados-associados-a-lemann-divergem-na-politica.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.

OLIVEIRA, Ingrid Ferreira de. O projeto político-educacional do Grupo Lemann: um estudo de caso sobre a atuação de seus aparelhos privados de hegemonia nas políticas de educação. 2023. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PINHO, Ana. Como um trio de estudantes criou projeto que desafia políticos a pensarem sobre educação. Na prática, 2017. Disponível em: <https://www.napratica.org.br/mapa-educacao-tres-estudantes-harvard-criaram-o-projeto/>. Acesso em: 29 set. 2023.

Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 09 jan.2024.

RODA VIVA. Roda Viva | Tabata Amaral | 14/10/2019. Youtube, 14 de Outubro de 2019. Disponível em: Roda Viva | Tabata Amaral | 14/10/2019. Acesso em 13 de Setembro de 2023.

RUDNIK, Ralph Reis. A Filantropia no Brasil e nos Estados Unidos: Realidades, Investimento e Impactos. Osasco: Universidade Federal de São Paulo, 2016.

SILVA, Patrícia; OLIVEN, Ruben. “Filantropismo versus filantropia para a justiça social: um debate norte-americano sobre como lidar com a pobreza”. Mana, v. 26, n.1, p. 1-34, Fevereiro 2020.

Sobre Nós. MAPA EDUCAÇÃO, Disponível em: <https://mapaeducacao.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 29 set. 2023.

VALIM, Carlos Eduardo. A tática filantrópica de Lemann. Isto É Dinheiro, 2018. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/tatica-filantropica-de-lemann/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007